

TALCOTT PARSONS E O ESQUEMA CONCEITUAL GERAL DA AÇÃO

TALCOTT PARSONS AND THE GENERAL ACTION CONCEPTUAL SCHEME

*Maria Julieta Weber Cordova*¹

RESUMO: Procurou-se tratar de alguns aspectos presentes na teoria sociológica contemporânea de Talcott Parsons, especialmente no que se refere à análise sistêmica e funcionalista da ação humana integrada em sistemas e com vistas ao equilíbrio, à sistematização e à reprodução de padrões sociais normativos. Priorizou-se nesta análise, enquanto ponto de partida, o *esquema conceitual geral da ação* elaborado por Parsons, tendo como referência norteadora a obra *The Social System (O Sistema Social)*, na qual estão fundamentados pontos-chaves do pensamento do autor, buscando-se discutir particularmente os conceitos de *status* e a distribuição de papéis na estrutura social, bem como a questão integrativa dos sistemas familiares que implicam em vinculações sociais e em critérios de estratificação social.

PALAVRAS-CHAVE: sistema social; ação; status; papel; estrutura social; estratificação.

ABSTRACT: This work intended to deal with some aspects present in the contemporary sociological theory of Talcott Parsons, specifically what concerns to the systemic analysis and functionalist of the human action integrated into systems with views to the balance, to the systematization and to the reproduction of normative social patterns. It was a main concern in this analysis, as a start, the *general action conceptual scheme* elaborated by Parsons, having as a reference his work entitled *The Social System*, in which are cemented key words of the author's thoughts, seeking to discuss particularly the concepts of status and the role distribution in the social structure, as well as the integrative issue of the familiar systems that imply in social linking and in the criteria of the social stratification.

KEY-WORDS: social system; action; status; role; social structure; stratification.

1. TALCOTT PARSONS: UM CLÁSSICO DA TEORIA SOCIOLOGICA CONTEMPORÂNEA

Talcott Parsons (1902-1979), considerado um dos autores clássicos da teoria sociológica contemporânea, é certamente um dos pilares

¹ Doutoranda em Sociologia – UFPR. julieta.weber@yahoo.com.br

res da teoria sistêmica da ação, constituindo-se como referência aos estudos que contemplam a ação humana integrada em sistemas sociais, o equilíbrio social sistematizado teoricamente pelo estrutural-funcionalismo, bem como outras abordagens teórico-sociais que preconizam a ordem normativa a partir de uma padronização de valores.

O estrutural-funcionalismo pode ser considerado como uma corrente teórica sociológica que compreende o social pela idéia da instituição de sistemas, que podem ser percebidos pelo funcionamento de suas partes, mas de forma interativa e com vistas à integração do conjunto. Ou seja, procura-se explicar o funcionamento sistemático do social, por uma visão institucionalista, tomando-se analiticamente semelhança a um corpo orgânico. (DEMO, 2003).

Já desde a teoria organicista², desenvolvida a partir da aplicação de princípios científicos que tinham como referência a evolução da espécie humana, houve uma busca por se aplicar conceitos e termos das ciências biológicas e naturais, utilizando-os, comparativamente, como modo de explicar a vida social.

E essa busca por explicar o social por meio de uma fundamentação teórica, que tome em conta comparativamente o funcionamento orgânico, encontrou sustentação nas análises sociológicas de Parsons, especialmente a partir do início do século XX, tendo em conta as próprias idéias acerca do funcionamento social sistêmico, as quais muito se deve também à própria trajetória intelectual do autor.

A primeira formação teórica de Parsons foi a de biólogo, aprofundando-se posteriormente em economia e, por fim, dedicou-se a discutir e teorizar um esquema explicativo geral sociológico.

Como toda análise sistêmica e funcionalista, Parsons entendia a sociedade e sua sistematização, fazendo analogia com um organismo, relativizando a heterogeneidade de partes num todo homogêneo e funcional, ligados por um mesmo sistema: "Existe a mesma ordem de relação entre papéis e funções relativamente ao sistema nos sistemas sociais, que existe entre órgãos e funções no organismo"

² A teoria organicista baseava-se na procura de características universais da espécie humana em detrimento de suas particularidades. Dentre seus pensadores citem-se: "[...] o alemão Albert Schaffle [1831-1909], que se dedicou ao estudo dos 'tecidos sociais', conceito com o qual se identificavam as diferentes sociedades existentes, numa nítida alusão à biologia. Ninguém, entretanto, se destacou como Herbert Spencer [1820-1903], filósofo inglês que procurou estudar a evolução da espécie humana de acordo com leis que explicariam o desenvolvimento de todos os seres vivos, entre os quais o homem." (COSTA, 2004, p. 51).

(1982, p. 115, tradução nossa)³.

Assim, Parsons buscou compreender os caracteres sociais de forma semelhante ao funcionamento de organismos biológicos, utilizando-se de termos como a homeostase, enquanto definidor da estabilidade social, em que as partes isoladas somente poderão ser compreendidas pelo todo.

Aliás, esta relação do todo e das partes que o compõem, certamente encontra referencial no pensamento de Durkheim, quando este define que os fenômenos sociais encontram receptividade na própria *constituição orgânico-psíquica do indivíduo*. Assim, os fenômenos sociais pertenceriam tanto ao “reino” do social, quanto ao que Durkheim irá chamar de *sóciopsíquico*, com o que, portanto, um fenômeno somente pode ser coletivo se for comum a todos os membros da sociedade:

É um estado do grupo que se repete nos indivíduos porque se impõe a eles; está em cada parte porque está no todo, e não no todo por estar nas partes. Isto é sobretudo evidente nas crenças e nas práticas que nos são transmitidas já feitas pelas gerações anteriores; recebemo-las e adotamo-las porque, sendo ao mesmo tempo uma obra coletiva e uma obra secular, estão investidas de uma particular autoridade que a educação nos ensinou a reconhecer e a respeitar. (DURKHEIM, 1963, p. 37).

E enquanto a sociologia americana⁴ inculcava uma necessidade premente de pesquisar empiricamente a sociedade, profissionalizando a sociologia, Parsons representou um diferencial às investigações cientificamente empíricas, estabelecendo categorias abstratas de análise em um esquema conceitual geral da ação fundamentado teoricamente pela sistematização social.

Ao trabalhar com aspectos teóricos da ação, Parsons propôs um quadro organicamente sistêmico, numa busca por um caráter científico à

³ Por questão de homogeneidade textual, procurou-se apresentar as citações de Parsons na língua portuguesa, a partir da versão em língua espanhola – “El sistema social” –, publicada em Madrid no ano de 1982, pela Alianza Editorial, cujas referências seguem, de forma seqüencial, em notas de rodapé: “Existe el mismo orden de relación entre roles y funciones relativo al sistema en los sistemas sociales, que existe entre órganos y funciones en el organismo”. (1982, p. 115).

⁴ A exemplo da Sociologia Americana, cite-se a Escola de Chicago, que profundamente envolvida pela pesquisa social empírica, bem como pelo refinamento dos procedimentos quantitativos de pesquisas de campo, realizadas especialmente após o crescente aumento populacional ocorrido nos EUA após a Primeira Guerra, acabou também por contribuir para a manutenção e continuidade do sistema social vigente.

sociologia⁵, especialmente fundado na abstração teórica e numa linguagem que se caracterizou pela generalidade e pela tendência em universalizar socialmente a ação humana, seja pelo estabelecimento de padrões culturais e normativos, seja pelo envolvimento simbólico de “códigos” ou esquemas culturais norteadores de identificação individual e coletiva.

Não foi por acaso que Parsons foi o primeiro tradutor e comentador em língua inglesa da obra de Max Weber (1864-1920). Ao contrário do isolamento teórico-sociológico adotado pela sociologia americana, Parsons será um dos poucos autores americanos a buscar uma análise focada na história das idéias sociológicas e, para tanto, vai recorrer especialmente aos estudos de Weber, Durkheim e Pareto.

Referenciando-se em Max Weber⁶, partiu da análise econômica enquanto elemento fundante da lógica das relações sociais. Mas será fundamentalmente a “[...] idéia de intencionalidade das ações, bem como seu aspecto racional de consecução de fins” (Demo, 2003, p. 42) o que mais aproxima Parsons da teoria weberiana.

Entretanto, Parsons reitera o sentido da ação numa sistematização teórica ideal. A análise da ação social passaria a ser, necessariamente, teoricamente estruturada. Daí a necessidade, para Parsons, de apreender em um esquema conceitual geral, a ação social, devidamente caracterizada e explicada pelo funcionamento de um sistema social.

2. O ESQUEMA CONCEITUAL GERAL DA AÇÃO: O SISTEMA SOCIAL EM QUESTÃO

Talcott Parsons toma como ponto de partida, para a análise de um esquema conceitual geral da ação, o conceito de sistema geral da ação.

⁵ Conforme Parsons na introdução da obra “A Sociologia Americana”, da qual foi o seu organizador “Será ocioso dizer, no entanto, que a Sociologia ainda não alcançou uma fase de desenvolvimento em que se podem esperar uma objetividade e uma imparcialidade completas”. (1968, p. 11).

⁶ Segundo Cohn, “O ponto de referência inicial adotado por Weber é o da Economia [...] na ciência econômica se concentravam os partidários da concepção que Weber se propõe a combater, qual seja a de que ‘a Economia política pode e deve produzir juízos de valor a partir de uma visão de mundo de caráter econômico’. Contra isso vai argumentar que, como ciência empírica, a Economia ‘nunca poderá ter como tarefa a descoberta de normas e ideais de caráter imperativo das quais se pudessem deduzir algumas receitas para a prática’. Em seguida, e como a citação anterior já sugere, a Economia entra como suporte para uma crítica àquilo que Weber chama de ‘concepção econômica da história’. Finalmente, a Economia, dentre as ciências humanas, é a que mais diretamente se dedica ao tema da relação entre meios e fins, que interessa de perto a Weber na medida em que constituirá um dos fios condutores de sua argumentação”. (2005, p. 20-21).

E o sistema social constitui-se num dos subsistemas primários do sistema geral de ação. Os outros subsistemas seriam o sistema cultural, o sistema de personalidade e o organismo comportamental.

Assim, um sistema geral de ação compreende a ação humana voltada para estes quatro subsistemas, atribuindo um caráter sistemático e funcional à ação.

O sistema cultural estaria voltado à manutenção de padrões estabelecidos pela cultura instituída; o sistema de personalidade à busca e ao alcance de metas pré-estabelecidas; o organismo comportamental estaria então voltado à adaptação social. E o sistema social seria o subsistema necessário para a integração desses elementos.

Na obra *The Social System*,⁷ Parsons elabora um esquema conceitual geral da ação, fundamentalmente com o objetivo de discutir a utilidade de uma análise teórica centrada no funcionamento sistemático e integrativo do sistema social, tendo por aplicação empírica e investigativa os padrões normativos da ação, bem como a reprodução do ordenamento social, a que Parsons irá chamar de sociedades concretas.

O esquema teórico de Parsons, no que concerne ao sistema social, diz respeito à ação e à integração deste sistema aos outros subsistemas da ação, referente à cultura, à personalidade e à capacidade adaptativa dos atores. E no que se refere à esquematização teórica do sistema social, Parsons define-o por um esquema relacional de modo a considerar o processo de interação dos atores nessa integração estrutural composta pelos subsistemas da ação.

Sendo assim, a estrutura de um sistema social está esquematicamente integrada com o sistema cultural quando se legitima simbolicamente a ordem normativa que rege a instituição de padrões culturais, definindo critérios de linguagem universais; enquanto a personalidade e o organismo comportamental atuam como condicionantes permissivos desta integração entre o social e o cultural, envolvendo aspectos da aprendizagem que se voltam ao desenvolvimento e à manutenção de valores socialmente tidos como adequados à “socialização”, seja de ordem política ou econômica.

⁷ A obra *The Social System* foi publicada originalmente no ano de 1951. Anteriormente, o autor já havia publicado em 1949 *Essays in Sociological Theory, Pure and Applied* (Ensaio em Teoria Sociológica, Pura e Aplicada) e em 1937 *The Structure of Social Action* (A Estrutura da Ação Social), verificando-se também referência à publicação de artigo em 1929 sobre o *Capitalism in Recent German Literature, Sombart and Weber* (Capitalismo na Literatura Alemã Atual, Sombart e Weber). (CASTRO; DIAS, 2001).

A integração constitui, portanto, fator fundamental na análise de um sistema social, compreendendo para tanto seus níveis específicos de interação. Ou seja, a integração, com vistas à manutenção normativa, encontra sustentação nos processos interativos ou, conforme Parsons, nos “estados interativos” entre os sistemas sociais, bem como em seus desdobramentos específicos:

Segundo a minha concepção, o interesse principal da Sociologia como disciplina teórica reside nos problemas da integração dos sistemas sociais – incluindo, enfaticamente, os obstáculos que se antepõem à integração e o seu não conseguimento. Daí que ela deva ocupar-se de uma ampla variedade de características, fatores e conseqüências dos “estados interativos” dos sistemas sociais em muitos níveis, desde as famílias e outros tipos de pequenos grupos, através de muitos níveis intermediários, como as comunidades locais e as organizações formais, até as sociedades totais e mesmo os sistemas de sociedades. (PARSONS, 1968, p. 13).

Assim, Parsons concebe um sistema social não somente pela sua concretude, mas como um conjunto de abstrações teóricas simbolizadas por padrões de ações⁸, definidos sim por relações concretas, interdependentes e interativas, que interagem em variados níveis, seja entre pequenos grupos, comunidades locais, até sociedades totais:

Nessas condições, o que quer que se defina como um sistema social é sempre concebido como um sistema “aberto”, que se encontra em relações de interdependência com certo número de sistemas circundantes. (PARSONS, 1968, p. 14).

E o papel constitui a unidade básica conceitual sistêmica na busca pela garantia do funcionamento adequado aos sistemas de personalidade, cultural e organismo comportamental, bem como pela integração de possíveis diferenciações dentro destes sistemas:

[...] ao foco fundamental para a análise do sistema, como sistema diferenciado, concernem os modos como os papéis – dentro do sistema – estão diferenciados e, por sua vez, estes papéis diferenciados, integrados uns com outros, ou seja, ‘mesclados’ de

⁸ Sobre a diferenciação entre os termos ‘ação’ e ‘comportamento’, Parsons assim define sua preferência: “Preferimos o termo ‘ação’ ao termo ‘comportamento’ porque estamos interessados não nos acontecimentos físicos do comportamento, considerado em si mesmo, mas em sua padronização, seus produtos padronizados e significativos (físicos, culturais e outros), desde instrumentos até obras de arte, bem como nos mecanismos e processos que controlam essa padronização”. (PARSONS, 1969, P. 16).

modo a formar um sistema em funcionamento. (PARSONS, 1982, p. 114, tradução nossa).⁹

Enquanto papel e status constituem-se em elementos móveis no sistema social, institucionaliza-se o esquema conceitual geral da ação, normatizando-a e esquematizando sistematicamente a manutenção da ordem social.

E Parsons, ao observar que um sistema social é um sistema diferenciado, atenta que a estrutura de um sistema social também se refere aos pontos invariáveis de referência, enquanto elementos para análise de diferenciação e de variação estrutural das sociedades. Conforme Parsons, o sistema social é potencialmente ou, em princípio, auto-subsistente, e com essa invariável referência podem ser analisados problemas de diferenciação em relação a um sistema geral de ação.

Dentre alguns pré-requisitos funcionais do sistema social, Parsons destaca que a base de um sistema de ação estrutura-se em três focos integrativos, que são: o ator individual, o sistema interativo e um sistema de pautas culturais.

Assim, quando Parsons se refere à diferenciação interna dos sistemas sociais, classifica suas possíveis fontes de diferenciação estrutural. O autor, ao apreender as bases de diferenciação das unidades entre si, o grau de ordenamento dessa diferenciação, bem como as relações estruturais destas unidades constitutivas de um sistema, objetiva elaborar as bases para a descrição estrutural de um sistema social como um todo, e, enfim, o possível funcionamento de um sistema social concreto em unidades diferenciadas.

E a diferenciação estrutural do sistema social se dá em relação aos pontos de referência derivados da análise de orientações de ação, já que a ação diz respeito a todo movimento ou ato humano, desde ao que é exteriormente observável até às funções internas do organismo, compreendendo os aspectos psíquicos e afetivos.

Enfim, toda ação refere-se à situação que a motivou. E tal situação consiste em orientações de ação, dependendo para tanto dos níveis de interação do ator ao sistema, bem como sua articulação aos

⁹ “De ahí que al foco fundamental para el análisis del sistema, como sistema diferenciado, le conciernan los modos en que los roles – dentro del sistema – están diferenciados, y, a su vez, estos roles diferenciados, integrados unos con otros, es decir, “mezclados” par formar un sistema en funcionamiento”. (PARSONS, 1982, p. 114).

mecanismos de adaptação com vistas à resolução dos problemas essenciais desta articulação sistêmica, que seriam a atribuição e a integração das diferentes funções num sistema de ações:

[...] o problema funcional de um sistema social se resume nos problemas de atribuição e integração. Há sempre diferenciação de funções num sistema de ações. Deve sempre, portanto, existir atribuição de tais funções a diferentes classes de papéis [...] Esta determinação de funções, e atribuição e integração de papéis, pessoal, instrumentos e satisfações num sistema social implicam um processo de seleção de acordo com padrões de que diz respeito a avaliação de características de objetos (individuais e coletivos). Isto não quer dizer que uma pessoa qualquer tenha sempre presente no espírito o "plano" do sistema social. Mas, como em outros tipos de sistemas de ação, não é possível que as escolhas dos atôres sejam feitas ao acaso e formem ao mesmo tempo um sistema social coerentemente organizado. (PARSONS, 1971, p. 65-66).

E dentre as orientações de ação, destaquem-se as orientações de adscrição como uma sujeição ou dependência ao status atribuído e as orientações de aquisição como resultante de um status adquirido.

A definição de status atribuído reside naquilo que "[...] independe da capacidade do indivíduo; é-lhe atribuído mesmo contra sua vontade, em virtude de seu nascimento. Idade, sexo e etnia têm importância maior ou menor, dependendo da sociedade". (LAKATOS; MARCONI, 1992, p. 95). Já quanto ao status adquirido,

Por mais rígida que seja a estratificação de uma sociedade e numerosos os status atribuídos, há sempre uma possibilidade de o indivíduo alterar seu status através de habilidade, conhecimento e capacidade pessoal [...] Quando se trata de status atribuído, a pessoa, desde seu nascimento, é educada e preparada para ocupar a posição que lhe é determinada na sociedade. O mesmo não ocorre em relação ao status adquirido, que depende do esforço e aperfeiçoamento pessoal [...] numa sociedade em mudança, o critério da capacidade pessoal é importante para preencher as posições da sociedade [...] Mas, à medida que a sociedade se torna estável, o status atribuído passa a ter maior valor, criando empecilhos para a competição, que passa a ser rigidamente delimitada. (LAKATOS; MARCONI, 1992, p. 95-96).

Dessa forma, as orientações de ação podem acabar por referendar critérios de estratificação social, apontando também para os focos de cristalização estrutural dos sistemas sociais.

3. OS PROBLEMAS DE ATRIBUIÇÃO¹⁰ DE PAPÉIS: ORIENTAÇÕES DE AÇÃO DE ATRIBUIÇÃO E DE AQUISIÇÃO

A análise sistêmica de Parsons prevê a possibilidade de ocorrer determinadas mudanças em contextos diferenciados, tendo em vista que os próprios sistemas sociais são diferenciados. Entretanto, o cerne da análise em Parsons é justamente o equilíbrio dos processos interativos num sistema social como ponto fundamental para o controle social e para a manutenção das estruturas sociais.

Dessa forma, prevê-se a mudança no funcionamento sistêmico, mas subentende-se que o sistema acabe por manter seu funcionamento, tendo em vista que a finalidade de uma sistematização normativa é a tendência ao equilíbrio, suprimindo as possíveis tentativas de desvio ou quebras no referido sistema.

Nesse ponto, pode-se notar em Parsons a influência do pensamento de Pareto (1848-1923) no que concerne à questão do poder dominante. O conceito de elite dirigente em Pareto está estreitamente ligado ao fluxo e à distribuição do que ele denomina de resíduos¹¹, tendo, como elementos principais de manipulação, força e persuasão. (ARON, 2002). Assim, a manutenção de uma dada estrutura social estaria vinculada a um ciclo fechado entre coerção e persuasão¹².

¹⁰ Termo utilizado originalmente por Parsons como *allocation*, referindo-se à distribuição de papéis. Na versão em língua espanhola foi utilizado o termo *asignación*, que corresponde a uma designação ou atribuição. Em língua portuguesa o referido termo foi encontrado como "atribuição", correspondendo fundamentalmente às orientações de valor regidas por esquemas morais da ação: "É, portanto, a partir deste consenso moral baseado nos modelos de orientação valorativa que se originam os padrões e limites que regulamentam as atribuições". (PARSONS, 1971, p. 66). Vale ainda destacar que o autor chama a atenção para a significação teórica do termo *allocation*, o qual viria justamente a corroborar com a idéia de utilização do termo pela ciência econômica para definir a distribuição na perspectiva funcional sistêmica. (PARSONS, 1982, p. 114).

¹¹ Aron indica que para Pareto os resíduos "[...] são as expressões dos sentimentos, inscritos na natureza humana". Além da teoria dos resíduos, Pareto apóia-se no estudo das derivações que: "[...] são os sistemas de justificação pelos quais os indivíduos disfarçam suas paixões ou dão uma aparência de racionalidade a proposições ou condutas que não são racionais". Entretanto, Pareto alerta que não se deve confundir resíduos "[...] com os sentimentos, nem com os instintos aos quais correspondem", pois eles são, na verdade, a "manifestação de tais sentimentos". (2002, p. 589, 622).

¹² A questão persuasiva corresponde ao que Pareto define, pelo estudo das derivações, enquanto "[...] procedimentos psicológicos, lógicos ou pseudológicos, a fim de convencer outros homens". O poder de persuasão, visto pela ótica das derivações, pode inclusive constituir-se em elemento chave no estudo de condutas das multidões. Por isso, "A teoria das derivações de Pareto é uma contribuição à psicologia das relações interpessoais e intergrupais no domínio da política". As derivações constituem, "[...] na linguagem de Pareto, o equivalente ao que chamamos de *ideologia* ou *teoriajustificativa*. São os diferentes meios de ordem verbal, pelos quais os indivíduos e os grupos dão uma lógica aparente ao que, na verdade, não tem lógica, ou nem tanto quanto os atores gostariam de crer". (ARON, 2002, p. 640-644).

E a “teoria do desvio” em Parsons deixa claro que todo sistema social revela uma certa dose de “comportamento desviante”, apresentando momentos de desequilíbrio e possíveis desintegrações. Daí a necessidade do controle social, que atua nestes casos tanto como medida preventiva, como limitação de desvios sociais. (CASTRO; DIAS, 2001, p. 232).

Parsons entende que toda estrutura social passa por mudanças e que para a manutenção da ordem social faz-se necessário contar com um sistema rotativo de substituição previsível de papéis. Mas é fundamental que este processo de substituição não ocorra em sua totalidade. Por isso, para se garantir o funcionamento de um sistema social e

[...] do ponto de vista de um sistema social em andamento, deve haver um processo contínuo de “substituição” das pessoas nos papéis da estrutura social. É essencial, desde logo, para a estabilidade, na maioria dos casos, que esta substituição não se produza em sua totalidade, de uma só vez, o que raras vezes acontece; pelo contrário, sempre está em andamento. (PARSONS, 1982, p. 116, tradução nossa).¹³

Certamente um dos elementos fundantes de análise do sistema social em Parsons é que, para se teorizar um sistema social, é essencial relacionar a estrutura de papéis com os três problemas de atribuição do sistema social, que são atribuição de pessoal, ou dos atores entre os papéis, atribuição de bens e atribuição de recompensas¹⁴.

O problema da “atribuição” remete ao processo de distribuição de objetos significativos dentro de um sistema de papéis. Tais objetos são significativos, pois constituem diferentes situações da ação humana, que Parsons classifica em três grupos interdependentes: sociais, físicos e culturais.

Os objetos sociais consistem em atores enquanto tomados como ponto de referência de si mesmos (ego), ou como outros indivíduos (alter), ou mesmo enquanto coletividade.

¹³ “[...] desde el punto de vista de un sistema social en marcha, tiene que haber un continuo proceso de ‘reemplazamiento’ de las personas en los roles de la estructura social. Es esencial, desde luego, para la estabilidad, en la mayoría de los casos, que este reemplazamiento no se produzca en su totalidad de una vez, lo que rara vez acontece; por el contrario, siempre está en marcha”. (PARSONS, 1982, p. 116).

¹⁴ Originalmente, Parsons definiu os ‘problemas de atribuição’ ou ‘*problem of allocation*’ pelos seguintes termos: *allocation of personal*, *allocation of facilities* e *allocation of rewards*. (PARSONS, 1959, P. 114). Já na versão em língua espanhola, assim foram designados os referidos termos: *asignación de las personas*, *asignación de los bienes* e *asignación de las recompensas*. (PARSONS, 1982, P. 114).

Os objetos físicos ou empíricos consistem em entidades empíricas que não interagem com o ego, constituindo-se em meios e condições exteriores da ação. E os objetos culturais consistem nos elementos simbólicos característicos de tradições, idéias e crenças. (PARSONS, 1982).

Significa então que o problema da atribuição do ponto de vista do sistema social é a regulação da corrente de pessoas no próprio sistema de papéis, bem como de seu processo de substituição previsível.

Segundo Parsons, a diferenciação de um sistema de papéis pode ser considerada por dois aspectos principais: primeiro, no modo como os papéis estão diferenciados no sistema pela composição, distribuição e integração entre si; a partir da estrutura de papéis constituída pelo primeiro aspecto, o segundo aspecto compreende uma análise acerca dos processos de distribuição dos elementos móveis, como status e papel. (1982, p. 114).

Parsons não descarta que ocorram mudanças nas estruturas sociais, especialmente nas relativamente estáveis, mas alerta que seus ritmos e periodicidades de mudanças não são os mesmos dos ciclos de vida individual.

Aponta, entretanto, que, do ponto de vista da análise da personalidade, os papéis estão atribuídos aos atores. Daí existir uma interdependência entre os objetos sociais, físicos e culturais dentro da estrutura do sistema de papéis. O autor utiliza uma conceituação econômica ao atribuir o aspecto da escassez na distribuição de papéis entre as pessoas. Como exemplo, Parsons cita que qualquer mulher adulta pode desempenhar o papel de mãe. No entanto, há papéis de natureza limitada em uma mesma sociedade. Está se referindo a dois tipos: papéis de prestígio e de responsabilidade e papéis especializados.

Assim, quando Parsons trata dos critérios de atribuição enquanto fatores por excelência de distribuição de papéis numa dada estrutura social, normatizadamente sistêmica, está também se referindo a um dos conceitos fundantes do esquema conceitual geral parsoniano, que são as orientações da ação. Dentre tais orientações de ação, salientem-se aquelas que Parsons designou como orientações de adscrição e orientações de aquisição.

As orientações de adscrição caracterizam uma dependência ou sujeição do ator ao sistema em que está circunscrito, definindo-se seu papel funcional numa estrutura social por elementos como sexo, idade,

posição biológica ou pertencimento a uma coletividade.

Já as orientações de aquisição designam possibilidades de mobilidade social pelo próprio caráter aquisitivo concebido pela promoção de uma expectativa de papéis, em que status e papel apresentam-se como elementos móveis e integrantes do sistema social.

Desta forma, se Parsons atribui, às orientações de ação, características de adscrição ou aquisição no sistema de relações com os critérios de atribuição de pessoal, bens e recompensas, somente o faz assim, porque é impossível compreender tal esquematização atributiva sem perceber-se dos pré-requisitos que tornam possível a mobilidade social controlada, bem como a manutenção deste sistema rotativo de papéis.

A distribuição de papéis dentro de um sistema social está estreitamente ligada tanto às características de adscrição inerentes aos indivíduos, como, por exemplo, a sua origem familiar, apontando assim que os sistemas familiares funcionam com base em critérios de estratificação social, bem como em características aquisitivas, possibilitadas por processos seletivos.

Certamente que são as orientações aquisitivas as que possibilitam variações entre papel e status, apresentando possíveis graus de mobilidade social. Corresponde também ao que Parsons definiu como atribuição competitiva, em que se nota a busca intencional de um status na estrutura social já definida por critérios de adscrição. Por isso, a atribuição competitiva não pode operar sem a institucionalização de uma série de normas que estabeleçam os limites da ação legitimada.

Parsons, ao esquematizar teoricamente a ação pela atribuição de pessoal, ou dos atores aos papéis, demonstra que as coletividades podem atuar como atores, constituindo unidades e denotando que tais atribuições à ação dos atores apontam para uma padronização de valores, bem como para uma institucionalização de papéis. Assim, tanto uma mobilidade quanto uma permanência social ocorre pela ação de atores individuais, porém constituídos enquanto unidades e representativos de uma dada coletividade.

Tal representação encontra sentido quando Parsons aponta que o problema da atribuição de bens é um problema de base relacional, citando que o problema estaria então no aspecto do poder, sem deixar de envolver também o aspecto político. É o problema do poder envolvendo o aspecto político, já que toda posse de bens significa posse de poder, envolvendo controle sobre as ações de outros ou a sua não interferência.

É interessante notar em Parsons o tratamento que o autor atribui ao aspecto simbólico do dinheiro, que garante a sua institucionalização e, por conseguinte, a manutenção dos sistemas sociais, sistematizando a dependência individual que a monetarização social estabelece, pela hierarquia de papéis e pela prevalência do status.

E quando trata da atribuição de bens, Parsons trabalha com os aspectos da generalização e da quantificação do poder nos sistemas sociais, apresentando-se nas direções do econômico e do político.

Assim, se o poder se estende a um sistema de intercâmbio ramificado, ao mesmo tempo, o poder tem um campo de ação consideravelmente relacionado ao poder econômico¹⁵ ou de compra.

Segundo Parsons, o dinheiro é a invenção cultural que pode ser considerada como a generalização simbólica do poder de compra: “[...] certamente uma das mais importantes e destacadas de todas as simbolizações humanas”. (1982, p. 122, tradução nossa).¹⁶

Aliado a isso, Parsons destaca que o poder econômico aponta para a institucionalização do dinheiro, que possui propriedades destacadas para a interação social. E esta interação social, conjugada ao simbólico, encontra sentido quando Parsons trata da questão da atribuição de recompensas.

Para o autor, a atribuição de recompensas está diretamente ligada aos objetos de gratificação desejados pelos atores, ou àquilo que ele chama de *catéxis*¹⁷.

Os aspectos psicológicos do significado de desejo atribuídos pela *catéxis*¹⁸ funcionam como elementos de recompensa para a integração sistêmica.

¹⁵ Nesse ponto, cabe ressaltar a relação com os “problemas fronteirços” com outras disciplinas “irmãs” da Sociologia, que para Parsons seriam a Economia e a Ciência Política, independentes e interdependentes da Sociologia: “Os problemas fronteirços tornam-se, assim, objetos de estudo de cada lado”. (PARSONS, 1968, p. 14).

¹⁶ “[...] ciertamente una de las más importantes y destacadas de todas las simbolizaciones humanas”. (PARSONS, 1982, p. 122).

¹⁷ Tolman (1949) assim designou uma ligação entre um objeto-finalidade [...], e aquietação de uma tendência correspondente. (PIERÓN, 1972, p. 67-68).

¹⁸ *Catéxis* corresponderia também às gratificações de ‘necessidades-disposições’: “A interdependência das necessidades-disposições é um dos fatores responsáveis pela expansão das demandas humanas. A gratificação de uma necessidade-disposição determina o aparecimento de outras necessidades-disposições, e a inibição de uma determina a tendência a buscar gratificações alternativas”. (CASTRO; DIAS, 2001, p. 235).

Assim, todos os objetos, como objetos de catéxis, podem funcionar como recompensas. E se o controle de bens está ordenado em um sistema de poder político e econômico, o sistema de recompensas está integrado em um sistema de ordenação em termos de estima, ou de sistema de estratificação da sociedade:

Existe, pois, um sentido em que todos os elementos do sistema de recompensas relacionais chegam a estar integrados sobre a base de um sistema de ordenação em termos de estima, do mesmo modo que o controle dos bens está ordenado em um sistema de poder político. Este sistema de ordenação em termos de estima é o que podemos chamar de sistema de estratificação da sociedade. (PARSONS, 1982, p. 129, tradução nossa).¹⁹

O ator social, ao buscar pela recompensa da catéxis, corresponde aos objetivos morais institucionais do sistema social. Tal situação faz com que se perceba que a análise parsoniana aponta reiteradamente para critérios de estratificação social, evidenciando em sua análise um continuísmo de estruturas de poder. E o que se nota é que, o que está se revelando, são critérios de *manutenção de padrão*, que para Parsons estaria circunscrito aos aspectos *culturais e aos psicológicos*:

Um terceiro problema de limites apresenta uma dificuldade maior [...] Chamei-lhe o “sistema de manutenção de padrão”. O aspecto dessa articulação aqui diretamente relevante é o que denominaríamos normalmente institucional. O elemento cultural culmina tradicionalmente na organização da religião com suas implicações de valores. Nas sociedades modernas, a cultura secular influi na sociedade através das artes e das disciplinas intelectuais da educação e da pesquisa. Do lado psicológico, o contexto mais importante talvez seja o da família e do parentesco, visto que as duas funções primárias da família são o que chamamos a “socialização” do indivíduo a partir da infância e a regulação dos equilíbrios motivacionais – no caso dos adultos mormente através do matrimônio e da paternidade. (PARSONS, 1968, p. 14).

Tudo concorre organicamente para o funcionamento social sistêmico: são as orientações de ação, as significações de objetos para os atores, as diferenciações que interagem nas estruturas do sistema

¹⁹ “Existe, pues, un sentido en que todos los elementos del sistema de recompensas relacionales llegan a estar integrados sobre la base de un sistema de ordenación en términos de estima, del mismo modo que el control de los bienes está ordenado en un sistema de poder político. Este sistema de ordenación en términos de estima es lo que podemos llamar el sistema de estratificación de la sociedad”. (PARSONS, 1982, p. 129).

geral de ação, a escassez de papéis e o controle das pautas aquisitivas na expectativa de papéis pelos atores. Enfim, a primazia dos critérios de adscrição na manutenção de padrão possibilitada pelo processo de atribuição de pessoal, bens e recompensas, contribuindo fundamentalmente para a *longa duração* das estruturas sociais sistêmicas e constituindo-se, reiteradamente, em focos de cristalização de um sistema social.

4. OS SISTEMAS FAMILIARES E OS CRITÉRIOS DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Parsons trabalha com o conceito de estratificação social, tendo como um dos critérios norteadores as estruturas sociais esquematizadas normativamente por sistemas familiares.

Quando Parsons define que os critérios de atribuição são por natureza de adscrição, enfatiza o caráter de distinção familiar. Para o autor, se o problema da atribuição é a regulação da corrente de pessoas dentro de um sistema de papéis, a adscrição caracterizada enquanto inerente à origem familiar, certamente encontra garantias de integração às suas orientações de ação, uma vez que pautadas por sistemas familiares, correspondendo, assim, aos critérios de distribuição de papéis e de manutenção do *status* num funcionamento estrutural sistêmico.

Dessa forma, se o indivíduo nasce em uma unidade familiar particular, numa posição particular, inerente à origem, está conjugando níveis de especificidade de adscrição. Parsons atenta para o caráter universal da adscrição, em que numa estrutura social pautada por sistemas familiares, verifica-se uma primazia dos critérios de adscrição sobre os de aquisição.

Os critérios de adscrição constituem-se, portanto, como reveladores de aspectos universais de estratificação social. Esquematizando-se enquanto orientações de adscrição tem-se como base a questão do parentesco biológico, ou seja, os sistemas familiares, limitando sobremaneira as relações das pautas aquisitivas.

Partindo dessas premissas, pode-se dizer que, para Parsons, os sistemas familiares possuem, como foco de adscrição principal, o elemento referente ao parentesco biológico. Tal elemento possibilita que, numa análise familiar sistêmica, conjugada com possíveis combinações com elementos estruturais gerais dos sistemas sociais, acabe por se revelar um alto grau de especificidade familiar e de vinculação na estru-

tura social. Esta especificidade, definida pelo caráter biológico, pode funcionar, num sistema familiar, como elemento facilitador de acesso aos possíveis arranjos político-sociais, uma vez estabelecidos os laços biológicos de vinculação, ou de manutenção, numa estrutura social.

Aliás, a análise parsoniana acerca da vinculação social definida por sistemas familiares pode contribuir para pesquisas de cunho genealógico, bem como para o estudo das relações genealógicas com o poder econômico e político.

Entretanto, os sistemas familiares não são constituídos somente pela base de parentesco biológico, mas também pela condição de vinculação de um membro constituinte a uma dada unidade familiar, configurando o seu status dentro de um sistema familiar.

Uma unidade familiar constitui-se, portanto, em elemento estratégico de socialização. E serão os sistemas familiares que mediarão relações sociais com outros órgãos de educação formal. Configura-se então a família como o foco central de cristalização da estrutura social: “[...] uma parte muito significativa do processo de socialização tem quase sempre lugar dentro da unidade familiar, servindo as personalidades da família como agentes de socialização estrategicamente importantes. (PARSONS, 1982, p. 151, tradução nossa).²⁰

O autor coloca algumas questões que reforçam a idéia sistêmica e funcional da própria estrutura dos sistemas familiares, que, apesar de apresentarem-se em unidades muito variadas umas das outras, acabam por constituírem-se em um setor específico, da ordem total de variabilidade estrutural dos variados tipos de coletividade.

Isso justifica por que o processo de socialização apresenta-se como responsabilidade das unidades familiares, bem como por que das personalidades, dentro dessas unidades familiares, sobressaem-se como agentes de socialização estrategicamente importantes.

E se não são os sistemas familiares que medeiam relações sociais e a distribuição de papéis num sistema social, Parsons indaga por que então o cuidado e a responsabilidade das crianças não se encontram em mãos de órgãos especializados de educação formal? E por

²⁰ “[...] una parte muy significativa del proceso de socialización tiene casi siempre lugar dentro de la unidad familiar, sirviendo las personalidades de la familia como agentes de socialización estratégicamente importantes”. (PARSONS, 1982, p. 151).

que a regulação das relações sexuais não se separa da responsabilidade e do cuidado familiar? Ou, ainda, por que as unidades familiares não seguem a pauta das organizações industriais?

Certamente porque esses critérios de responsabilidade familiar formam a base de adscrição inicial do papel ou do status dessa criança dentro de sua própria unidade familiar, constituindo o que Parsons considera como, universalmente, o modo primário de adscrição inicial de status de uma criança recém-nascida em todas as sociedades.

Partindo dessas considerações sobre os sistemas familiares, torna-se mais claro o porquê de um sistema de vinculação social estar diretamente ligado à formação da personalidade do “infante humano”. A continuidade de um contexto de vinculação social está centrada nos primeiros cuidados maternos, bem como na orientação de valores fornecidos pelos papéis de pai e de mãe. Parsons ainda argumenta que são os “adultos” que atuam na formação da criança, regulando a estrutura de sua personalidade e garantindo à família o seu papel fundamental no processo de socialização:

São os padrões valorativos, institucionalizados pela estrutura social, que vão pautar a conduta dos membros adultos da sociedade, por meio dos mecanismos dos papéis, em combinação com outros elementos. São eles ainda, atuando sobre o indivíduo na fase marcadamente plástica da primeira infância e posteriormente, que vão forjar a estrutura da personalidade do novo adulto, o que constitui o processo de socialização. Esse processo, como é evidente, depende da interação social. Os adultos, ao darem orientação à criança, agem de acordo com certos papéis, os quais são em boa parte institucionalizados; e desde os primórdios desenvolvem-se na criança expectativas de comportamento que rapidamente se tornam constituintes de papéis. (PARSONS, 1971, p. 68).²¹

E para Parsons, é a família, representada pelos papéis dos “adultos” e dos “novos adultos”, que constitui o foco central da estrutura social, definindo os critérios de estratificação social, ou seja, da primazia das orientações universalistas, garantindo assim o status inicial das pautas de adscrição e estreitando as possíveis relevâncias seletivas de um processo aquisitivo.

²¹ Texto com acentuação vigente na época da publicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se abordar algumas questões que se entende como centrais acerca do pensamento deste clássico que é Talcott Parsons. E que não somente marcou época, constituindo-se em um referencial teórico profusamente recorrente, mas que inaugurou uma forma de pensar concretamente o funcionamento sistêmico das estruturas sociais, bem como estabeleceu categorias abstratas de análise em esquemas conceituais que permeiam a ação humana e coletiva.

Uma das críticas, que muitas vezes é tecida ao pensamento do autor, é que, em suas análises, apontam-se critérios estruturais de uma história que se convencionou chamar, a estilo de Braudel, de *longa duração*. E que, portanto, não se priorizam aspectos de ação dos movimentos sociais que, via de regra, mudariam o curso da história e nem tampouco os novos acontecimentos que tais movimentos possibilitariam, pois afinal, para Parsons, as mudanças sociais não aconteceriam em ritmos e periodicidades de ciclos individuais.

Mas talvez seja exatamente este caráter “a-histórico” nas análises de Parsons que contribua favoravelmente aos estudos e pesquisas que trabalhem com critérios que se assemelhem aos adotados pelo autor, os quais nada mais são do que reprodutores da ordem social vigente e, por isso mesmo, mantenedores de uma dada permanência social, ou mesmo de uma sistematização teórica ideal. E o que é fundamental: os estudos de Parsons acabam por tratar de elementos essenciais para análises que recorram a questões pertinentes ao continuísmo de poder, estruturadamente calcado na sistematização social e no funcionamento do continuísmo instituído.

Pode-se dizer que a produção de Parsons não foi estudada em sua fundamentação ou mesmo não teve espaço nos meios acadêmicos em que predominaram ideais marxistas, justamente porque Parsons buscou pautar sua produção nas obras de autores europeus que teciam críticas aos movimentos socialistas e às análises teóricas marxistas.

Entretanto, se, no calor de discussões socialistas, assumiu-se uma postura de enfrentamento teórico aos estudos de autores estadunidenses, como Parsons, que não compactuavam com o ideal da luta de classes e de desconstrução e construção do conceito de Estado, acabou-se também por não se aperceber de leituras e análises sociais diferenciadas no plano sócio-teórico, que marcavam época e influenciavam gerações de pesquisadores sociais.

E no seio de uma sociedade marcadamente empirista, produziram-se análises fundamentalmente teóricas de uma sociedade americana de forte cunho pragmático, apreendendo, por exemplo, não questões acerca da dialética das classes sociais e seu envolvimento conflitante com o capital, mas do ator social e sua integração simbolicamente esquematizada na idealização de um sistema social.

Enfim, recorrer aos clássicos pode muitas vezes ser uma solução refinada às análises que contemplam novas soluções a proposições antigas. Mas também pode se constituir em uma busca por trabalhar conceitos muitas vezes refutados em nome de bandeiras que, certamente, traduzem muito mais os anseios dos que lutam por processos aquisitivos mais amplos, mas que, nem por isso, deixam de se inserir em processos complexos acerca do funcionamento e da sistematização de padrões normativos sociais e que, necessariamente, são reveladores do que Parsons mesmo buscou tematizar enquanto critérios de estratificação social, delineadamente marcados por processos estruturais funcionais.

Referências

- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes 2002.
- COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2004.
- COHN, Gabriel (org.). **Max Weber**: sociologia. São Paulo: Ática, 2005.
- CASTRO, Ana Maria de; DIAS, Edmundo Fernando (orgs.). **Introdução ao pensamento sociológico**. Coletânea de textos: Emile Durkheim; Max Weber; Karl Marx; Talcott Parsons. São Paulo: Centauro, 2001.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Nacional, 1963.
- DEMO, Pedro. **Sociologia**: uma introdução crítica. São Paulo: Atlas, 2003.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia Geral**. São Paulo: Atlas, 1992.
- PARSONS, Talcott. **Sociedades**: perspectivas evolutivas e comparativas. São Paulo: Pioneira, 1969.
- _____. (org.). **A sociologia americana**: perspectivas, problemas, métodos. São Paulo: Cultrix, 1968.
- _____. Papel e sistema social. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio.

Cordova, Maria Julieta W. *Talcott Parsons e o esquema conceitual geral da ação*

Homem e Sociedade: leituras básicas de sociologia geral. São Paulo: Editora Nacional, 1971. cap. 1. p 63-68.

_____. **El sistema social.** Madrid: Alianza Editorial, 1982.

_____. **The social system.** Glencoe, Illinois: The Free Press, 1959.

PIERÓN, Henri. **Diccionario de Psicología.** Porto Alegre: Globo, 1972.